

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social - ASCOM

Sumário

VEÍCULO: O Globo.....	2
Título: Queiroz Galvão deve iniciar produção de petróleo em 2018.....	2
Título: Petroleira fundada por Eike Batista sai da recuperação judicial	2
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo.....	3
Título: Governo de São Paulo marca leilão da Cesp para 26 de setembro	3
Título: OGX, de Eike, encerra recuperação judicial	4
Título: Volta a valer aumento da gasolina na Paraíba.....	5
Título: CONFIRA.....	5
Título: Governo prepara anúncio de novas concessões	6
Título: Reservatório de Sobradinho atinge o nível mais baixo.....	7
Título: Técnicos vão monitorar situação do Rio Tocantins	8
Título: Cade barra venda da rede de postos Ale à dona da Ipiranga	9
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	11
Título: OGX, petroleira criada por Eike Batista, completa recuperação judicial.....	11
Título: Cade reprova por unanimidade compra da rede Ale pela Ipiranga.....	12
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	14
Título: Aumento de impostos libera prática de cartel	14
VEÍCULO: Valor Econômico.....	16
Título: Consumo de combustíveis diminui 1,3% no 1º semestre.....	16
Título: Alemanha defende o diesel	17
Título: Após veto do Cade à fusão, Ale faz novo plano de crescimento	18
Título: Venda de Santo Antonio tem novo impasse.....	20
Título: ISA Cteep planeja se diversificar	22
Título: Justiça decide encerrar recuperação da OGX	23
Título: Lincoln Junqueira tem melhores resultados.....	24
Título: Supremo volta a julgar substituição tributária no setor de energia elétrica.....	25

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Ramona Ordoñez****Título: Queiroz Galvão deve iniciar produção de petróleo em 2018**

Com quase dois anos de atraso, a Queiroz Galvão Exploração e Produção (QGEP) pretende iniciar sua primeira produção de petróleo em águas profundas, no início de 2018, no Campo de Atlanta, no pós-sal na Bacia de Santos. O atraso do projeto, segundo o diretor-presidente da QGEP, Lincoln Guardado, se deve à demora na execução das obras de adaptação do navio-plataforma (FPSO) afretado junto à Teekay Offshore.

A empresa é operadora do bloco e tem como sócios da OGX, que acaba de sair da recuperação judicial, e a Barra Energia. A QGEP é uma empresa do grupo Queiroz Galvão, envolvido nas investigações da Operação Lava-Jato. O executivo garante que os problemas do grupo não afetaram o trabalho do consórcio.

— Não sentimos reflexo dos problemas da Queiroz Galvão, mas dos ligados ao cenário econômico. Vamos ser a primeira empresa privada brasileira a produzir petróleo em águas profundas — disse, destacando que os investimentos para desenvolver o campo são de US\$ 820 milhões.

DÍVIDA DE R\$ 60 MILHÕES DA OGX

Segundo Guardado, a empresa tem arcado com a parcela de investimentos da OGX e espera ressarcimento de R\$ 60 milhões. A parcela a ser aplicada pela OGX somaria mais R\$ 150 milhões até o início da produção. Ainda assim, o executivo afirma que a meta é produzir 20 mil barris por dia com dois poços de petróleo no primeiro trimestre de 2018 e chegar a 30 mil barris por dia com a perfuração do terceiro poço. Com o atraso da plataforma que atuará no campo, a QGEP conseguiu reduzir o afretamento para US\$ 410 mil por dia, valor 15% inferior ao custo original.

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Glaucete Cavalcanti****Título: Petroleira fundada por Eike Batista sai da recuperação judicial**

O juiz da 4ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Rio de Janeiro decretou o encerramento do processo de recuperação judicial da OGX, empresa de petróleo fundada por Eike Batista, e da OGPar. O processo incluiu ainda as subsidiárias OGX Austria e a OGX International.

As empresas pediram proteção à Justiça em outubro de 2013, com uma dívida superior a R\$ 13,8 bilhões. Na época, o processo foi considerado a maior recuperação judicial realizada na América Latina até então.

Em comunicado ao mercado, as companhias afirmam que nesta fase final da recuperação todos os ditames legais serão atendidos “sem prejuízo da continuidade do cumprimento dos planos de recuperação judicial e da solução de incidentes ainda pendentes de julgamento, os quais permanecerão a correr perante o juízo da recuperação judicial”.

Com o encerramento do processo — três anos após a homologação do plano de recuperação judicial — as empresas informam que estão “aptas a iniciar uma nova fase, com foco no desenvolvimento de suas atividades”. Atualmente, a OGX mantém apenas o campo de Tubarão Martelo, na Bacia de Campos, em operação.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Luciana Collet

Título: Governo de São Paulo marca leilão da Cesp para 26 de setembro

Contratos de concessões de hidrelétricas da empresa vencerão até 2028, o que reduz atratividade do certame.

O governo do Estado de São Paulo marcou para o dia 26 de setembro, na Bolsa de Valores, o leilão de privatização da Companhia Energética de São Paulo (Cesp), quando será conhecido o novo controlador da geradora. As propostas deverão ser apresentadas na B3 no dia 18. O edital será publicado hoje no Diário Oficial do Estado de São Paulo e trará detalhes como o preço mínimo a ser arrecadado pelo governo com a venda.

O governo paulista vai pôr à venda os cerca de 40% do capital da companhia detidos atualmente pela Fazenda do Estado de São Paulo, Companhia Paulista de Parcerias, o Metrô, Sabesp e Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE). Com base no preço das ações ontem, o valor de mercado da Cesp é de cerca de R\$ 5 bilhões.

As decisões finais relacionadas ao processo de privatização da Cesp foram definidas ontem, em reunião do Programa Estadual de Desestatização (PED). Em conversa com o Estadão/ Broadcast, após o encontro, o secretário da Fazenda do Estado de São Paulo, Hércio Tokeshi, salientou que o governo está otimista com a privatização e espera a conclusão da venda até o fim do ano. Ele evitou, porém, dar uma indicação muito precisa sobre a quantidade de interessados que o governo espera para o certame.

A Cesp está sendo ofertada ao mercado significativamente menor do que já foi. Atualmente, a companhia tem apenas três usinas hidrelétricas, que somam 1.654 MW de capacidade instalada e cujos contratos de concessão vencem entre 2020 e 2028. O governo paulista chegou a buscar com o governo federal a prorrogação do contrato de sua principal usina, Porto Primavera (1.540 MW), que vence em 2028, visando também a obter um valor maior para a companhia, mas as contrapartidas exigidas levaram o Estado de São Paulo a optar por dar seguimento à privatização com os contratos atuais.

Analistas de mercado consideraram que a alternativa retirou atratividade da companhia, refletindo na perda de interesse para alguns investidores. A Engie, uma das principais geradoras privadas de energia no País, descartou participar do leilão. “Não faz sentido adquirir a Cesp se boa parte das nossas concessões também vencem em 2028”, disse, na semana passada, o presidente da Engie, Eduardo Sattamini, ao Estadão/ Broadcast. A entrada de um novato no mercado brasileiro para assumir o ativo é uma das apostas do mercado

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Mariana Durão e Mariana Sallowicz

Título: OGX, de Eike, encerra recuperação judicial

Petroleira não tem como sobreviver sozinha e buscará sócios, diz presidente; Eike tem hoje 0,65% de participação.

A petroleira OGX, maior empresa do Grupo X, foi estopim da derrocada financeira de Eike Batista. Foto: Sérgio Moraes/Reuters

A petroleira OGX, maior empresa do Grupo X e estopim da derrocada financeira de Eike Batista, teve sua recuperação judicial encerrada nesta quarta-feira, 2, pela Justiça do Rio de Janeiro. A sentença dá fim a um processo que se arrastou por quase quatro anos e envolveu a reestruturação de uma dívida de R\$ 13,8 bilhões.

Apesar disso, a empresa segue com situação operacional delicada e luta para sobreviver. O projeto agora inclui a busca de um parceiro estratégico e a venda de parte de sua fatia de 40% no bloco BS-4, na Bacia de Santos. “Sozinhos não vamos conseguir sobreviver”, disse o presidente da OGX, Paulo Narcélio.

Para o executivo, o fim do processo abre portas para negociações com investidores e fornecedores. “A OGX deixa de ter o carimbo horroroso da recuperação judicial e passa a ter planos de uma empresa normal, que busca atrair investimentos”.

No primeiro trimestre, a OGX amargou prejuízo de R\$ 55 milhões. Embora tenha equacionado quase todo o passivo da recuperação judicial, a empresa ainda tem uma dívida de R\$ 230 milhões. A OGX terá de pagar US\$ 54 milhões (R\$ 170 milhões) pela desconexão de uma plataforma em Tubarão Martelo. Resta também dívida de R\$ 60 milhões com o consórcio detentor do BS-4.

Para quitar o débito, uma das possibilidades é vender parte da fatia de 40%. Segundo Narcélio, há quatro grupos interessados. A companhia pretende manter Tubarão Martelo, único campo que produz hoje. No BS-4, a previsão é que o primeiro óleo seja extraído em 2018.

A OGX sai da recuperação com estrutura modesta. Em outubro de 2013, quando pediu socorro, tinha 600 empregados. Hoje, possui um terço disso. Eike Batista, o antigo controlador, tem atualmente 0,65% da empresa – 95% dela está nas mãos de credores.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Sandro Villar

Título: Volta a valer aumento da gasolina na Paraíba

O vice-presidente do Tribunal Regional da 5ª Região, desembargador Cid Marconi Gurgel de Souza, derrubou ontem a decisão da Justiça Federal na Paraíba que suspendeu no Estado os efeitos do decreto presidencial que elevou as alíquotas do PIS/Cofins sobre combustíveis. Esta foi a 2ª liminar concedida para barrar o decreto de Michel Temer.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia / colunas

Autor: Celso Ming

Título: CONFIRA

» Encalhe de petróleo

Em palestra na Fundação Getúlio Vargas, o presidente da Petrobrás, Pedro Parente, avisou que entre 2014 e 2040 espera crescimento apenas marginal ou zero no consumo mundial de petróleo, em consequência da queda da participação de energia fóssil na matriz energética mundial. Ele mesmo conclui que depois de 2040 “aumenta o risco de encalhe de petróleo”. Ou seja, o Brasil perdeu tempo demais. Em vez de abrir o mercado e atirar-se à produção, optou por continuar deitado em berço esplêndido. O subsolo pode seguir eternamente encharcado de petróleo.

» Importação de derivados

Parente também revelou que a Petrobrás perdeu para a concorrência 51% da fatia de importação de derivados. A crescente importação de gasolina e diesel por terceiros foi a principal razão pela qual a Petrobrás optou por reajustar os preços dos seus produtos até mesmo diariamente. Outra razão para trabalhar com preços alinhados aos do mercado externo é criar condições para arrumar novos sócios às suas refinarias.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Economia****Autor: Lu Aiko Otta****Título: Governo prepara anúncio de novas concessões**

Infraestrutura. Com o objetivo de mostrar resultado na economia e fortalecer a administração, equipe econômica planeja anunciar até o fim deste mês um novo pacote de concessões à iniciativa privada, que inclui portos, aeroportos e rodovias

Superada a votação na Câmara da denúncia contra o presidente Michel Temer por corrupção passiva, o governo prepara uma nova lista de concessões em infraestrutura para ser anunciada no fim deste mês. A estratégia do Planalto é aproveitar o período após essa votação e antes da chegada de uma eventual nova denúncia para mostrar resultados no campo econômico e com isso fortalecer a atual administração.

A nova lista inclui 18 empreendimentos na área portuária e, possivelmente, uma nova leva de aeroportos para entregar à administração privada. Entre eles, Viracopos, Cuiabá e Santos Dumont. Boa parte desses novos empreendimentos, como é o caso dos aeroportos, só deve ir a mercado no ano que vem. Mas haverá uma reunião do conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), no fim do mês, para formalizar a lista.

Serão incluídas a terceira rodada de blocos de exploração de petróleo no pré-sal, com a qual o governo espera arrecadar pelo menos R\$ 4,4 bilhões, e a usina de Jaguara, que será leiloada com outras três e pode render uma outorga mínima de R\$ 11,05 bilhões. Ambos já estão com os leilões marcados, o primeiro em 27 de outubro e o segundo em 22 de setembro.

O aeroporto de Cuiabá deverá ser leiloado num “pacote” no qual estão também os aeroportos de Rondonópolis, Sinop, Alta Floresta e Barra do Garças, todos em Mato Grosso. Juntos, eles mobilizarão investimentos de mais de R\$ 2 bilhões.

Ainda está em discussão se Santos Dumont será leiloado sozinho ou com outros aeroportos regionais próximos. Também está em aberto a formação do pacote de leilões do Nordeste. Uma proposta inicial coloca Recife, Maceió e outros da região num mesmo lote. O governo pretende conceder também o aeroporto de Congonhas (SP), como informou na semana passada o ministro dos Transportes, Portos e Aviação Civil, Maurício Quintella. (...)

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: André Borges

Título: Reservatório de Sobradinho atinge o nível mais baixo

Com estiagem, volume de água guardada é o menor já registrado em agosto desde a década de 1980; há risco de racionamento na região

O maior reservatório do Brasil em área alagada ainda desconhece os limites de sua crise hídrica. O lago de Sobradinho, na Bahia, iniciou o mês de agosto com apenas 10% de sua capacidade total de armazenamento, o pior resultado registrado para este mês desde que foi formado, em 1980. O volume de água guardada equivale a menos da metade do que Sobradinho tinha em agosto de 2016, quando o principal regulador de águas da Bacia do Rio São Francisco já enfrentava uma situação crítica. (...)

"Estamos partindo para volumes de vazão nunca antes praticados, porque passamos por uma crise hídrica que nunca vivemos", diz o presidente da ANA, Vicente Andreu. Ele reconhece, no entanto, que a situação estaria menos crítica se, no passado, as reduções tivessem ocorrido mais rapidamente, em vez de priorizar a geração de energia das hidrelétricas, que demandam maior volume de água para rodar suas turbinas.

Uma redução inédita para 550 m³/s, admite o presidente da ANA, poderá causar um racionamento de água em municípios abastecidos pelo São Francisco, por causa de restrições de infraestrutura nas tubulações que captam água do fundo do rio. Além disso, há preocupação com a chamada "intrusão salina" no rio, o volume de água do mar que avança pelo São Francisco, em decorrência da baixa pressão exercida naturalmente pela vazão do rio. Municípios como Piaçabuçu (AL), localizados na foz do São Francisco, já enfrentam problemas com a qualidade da água que é captada, situação que pode se agravar.

Dados do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) apontam que, seja qual for a redução de vazão de Sobradinho, o reservatório vai atingir seu volume morto até dezembro, como ocorreu no ano passado. A preocupação atual, portanto, deixou de ser a geração de energia pelas várias hidrelétricas que

operam abaixo do reservatório, mas sim garantir a segurança hídrica, com oferta de água para abastecimento humano e irrigação.

"É preciso que cada município busque soluções de captação de água que sejam estruturantes, simplesmente porque não sabemos se já chegamos ao pior cenário ou se as coisas podem se complicar no ano que vem", diz Vicente Andreu.

A reportagem procurou a estatal Chesf, do grupo Eletrobrás, para comentar o reflexo da crise nas operações de suas usinas e as iniciativas para garantir o abastecimento à população, mas não obteve resposta.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: A.B.

Título: Técnicos vão monitorar situação do Rio Tocantins

Principal reservatório do rio, o lago de Serra da Mesa está com apenas 10,8% de

Os 2.830 quilômetros de extensão do Rio São Francisco deixaram de ser a única preocupação da Agência Nacional de Águas(ANA) atrelada à crise hídrica. Nesta semana, a agência criou um grupo para definir que medidas serão adotadas para evitar o colapso do Rio Tocantins. Com 2.640 quilômetros que avançam pelos Estados de Goiás, Tocantins, Maranhão e Pará, o Rio Tocantins também vive um drama sem precedentes em sua região central. (...)

As reduções deverão afetar, em alguma medida, o volume de energia gerado pelas hidrelétricas em operação ao longo do Tocantins, usinas como as de Serra da Mesa, Estreito e Tucuruí. Hoje o volume de água que passa pelas turbinas da hidrelétrica de Estreito, por exemplo, é de 744 metros cúbicos por segundo, de acordo com dados ANA, mas já está claro que esse volume terá que ser reduzido nas próximas semanas.

Os cortes nos volume de água preocupam o setor elétrico, porque a redução da geração hidrelétrica implica, necessariamente, em acionar mais usinas de geração térmica, que são mais poluentes e caras, com impacto direto na tarifa de energia entregue ao consumidor. Foi o que ocorreu com frequência entre 2013 e 2015.

A crise hídrica que afeta o reservatório de Serra da Mesa, maior lago artificial da América Latina em volume de água armazenado, é inédita. Nas próximas semanas, municípios localizados no entorno da represa que guarda 54,4 bilhões de metros cúbicos de água em épocas de cheia de verão reviver os mesmos

problemas enfrentados no período de seca de 2016, quando a estiagem comprometeu a pesca, a geração de energia e o turismo.

Apesar de toda a pressão sobre o Alto Tocantins, na região de Goiás e Tocantins, a crise hídrica não tem previsão de afetar as operações da hidrelétrica de Tucuruí, terceira maior usina do País, só inferior a Itaipu e Belo Monte, que ainda está em construção. Localizada no município de Tucuruí, a 300 quilômetros de Belém (PA), a usina em operação na Amazônia não vive problemas com abastecimento de água, com seu reservatório próximo da plena capacidade.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Negócios

Autor: Lorena Rodrigues e Karin Sato

Título: Cade barra venda da rede de postos Ale à dona da Ipiranga

Combustíveis. Acordo de R\$ 2,17 bilhões, que havia sido anunciado em junho do ano passado, faria a marca do Grupo Ultra se consolidar na vice-liderança do setor, atrás da BR Distribuidora, da Petrobrás; Cade viu ameaças à livre concorrência em 12 Estados

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) reprovou ontem a compra da rede de postos de combustíveis Ale pela Ipiranga, do Grupo Ultra. Todos os conselheiros votaram contra a operação, anunciada em junho do ano passado, por R\$ 2,17 bilhões. Se aprovada, a Ipiranga, vice-líder no setor, com participação de 20%, se distanciaria da Raízen (Shell), terceira colocada, com fatia de 18,8%. A BR Distribuidora, da Petrobrás, é a maior rede do País, com 31,2% de participação no mercado.

Foi a segunda operação relevante barrada pelo órgão desde que veio a público a pressão do empresário Joesley Batista, do grupo J&F, para que o órgão resolvesse uma questão com a Petrobrás para fornecimento de gás para usinas do grupo. Em junho, o Cade reprovou a compra da Estácio pela Kroton. Desde 2012, quando a legislação passou a exigir análise prévia de casos de fusão pelo Cade, apenas cinco outras operações haviam sido vetadas pelo conselho, de acordo com levantamento do próprio órgão.

O Cade atualmente também está mais firme em outras questões, como pedidos de revisão de termos de compromisso, que estão sendo seguidamente negados. O relator João Paulo Resende votou contra por entender que o único “remédio” que garantiria a concorrência no mercado de combustíveis após a fusão seria a venda completa das operações da Ale em 12 Estados, o que não interessou às empresas. Os outros conselheiros apresentaram divergências pontuais, mas

todos votaram por barrar a fusão. “Não é qualquer operação que deve ser aprovada pelo Cade.

Além disso, os remédios além de precisarem ser ótimos, têm de ser eficazes ou com monitoramento fácil”, disse a conselheira Cristiane Alkmin. Tentativa. Na segunda-feira, as duas empresas apresentaram uma contraproposta de acordo, que o relator considerou insuficiente para sanar riscos concorrenciais. A advogada da Ipiranga, Bárbara Rosenberg, defendeu que a empresa propôs termos “fortes” ao conselho e que seria “o acordo mais radical e intervencionista da história do Cade”.

No início do ano, a Superintendência- Geral do órgão antitruste já tinha sinalizado que a transação poderia ser barrada. Em fevereiro, o Cade havia informado que a operação poderia resultar em elevação de preços dos combustíveis por ampliar o poder da Ipiranga. Com isso, enviou a análise do caso para o plenário do Cade, instância que dá a palavra final. Em seu parecer, a Superintendência analisou que apenas quatro marcas são capazes de competir nacionalmente, entre elas a Ipiranga, Ale, BR Distribuidora e Raízen.

“Desse modo, a operação resultaria na redução do número de marcas nacionais de quatro para três em um ambiente de mercado já concentrado.” Em nota, o Ultra informou que, apesar dos esforços da Ipiranga para esclarecer todos os questionamentos das autoridades, a união com a Ale agora será descartada. “A Ipiranga seguirá o curso habitual de seus negócios”, informou. O Ultra aguarda para os próximos meses decisão da Cade para concluir a compra da Liquigás, divisão de gás de cozinha.

Ontem, as ações ordinárias da Ultrapar fecharam com forte baixa, de 4,92%, a R\$ 71,15. Nova estratégia. Marcelo Alecrim, sócio do Ale, não esperava que o Cade fosse barrar a operação. Ao Estadão/Broadcast, ele disse que acreditava estar com o dinheiro da venda da Ale para a Ipiranga no bolso. Questionado se a empresa continua à venda, Alecrim foi categórico: “Venda, esquece. Estou aberto para o crescimento e recomeço.

Não deu certo. Então, temos de olhar para frente. Estamos abertos a parcerias para crescermos organicamente ou para um futuro IPO (oferta pública inicial), se for interessante.” Sobre as especulações de que a empresa estaria necessitando de recursos, Alecrim disse que o endividamento está controlado. A dívida líquida encerrou 2016 em R\$ 450 milhões, queda de 40% em relação a 2015.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção: Mercado****Autor: Lucas Vettorazzo****Título: OGX, petroleira criada por Eike Batista, completa recuperação judicial**

A Justiça do Rio encerrou nesta quarta-feira (2) o processo de recuperação judicial de OGX, petroleira criada há dez anos por Eike Batista e que era o carro-chefe de seu império empresarial.

A empresa entrou no processo de recuperação judicial em 2013, depois que houve frustração na busca por reservas de petróleo no país.

Quando o mercado financeiro percebeu que a equipe de exploração não estava atingindo os resultados prometidos, houve quebra de confiança que resultou na debandada das ações da empresa e gerou efeito em cadeia em outras companhias do chamado "grupo x".

A 4ª Vara Empresarial do Rio considerou que foram cumpridas todas as exigências previstas no processo de recuperação. A OGX está autorizada a retirar de seu nome empresarial o termo "em recuperação judicial", obrigatório em situações como essa.

Quando entrou em recuperação, a OGX e suas subsidiárias tinham dívidas de R\$ 13,8 bilhões, além de contratos para a construção de plataformas de produção, que nunca chegaram a ser usadas. A derrocada afundou também a OSX, empresa de construção de plataformas do grupo.

A recuperação judicial é um mecanismo para quitar débitos de credores e evitar a falência e o consequente calote pela empresa em dificuldade.

Durante o inferno astral de Eike no mercado financeiro, as ações da OGX chegaram a valer R\$ 0,10. No início de junho, quando o grupo anunciou a conclusão do processo de recuperação, as ações subiram 34,7% em um dia, passando a valer R\$ 1,32.

Nesta quarta, exatos dois meses após a conclusão do processo, no dia em que a Justiça decidiu por encerra o caso, as ações voltaram a subir. Houve alta de 8,52%, a R\$ 4,46.

Quando lançou a petroleira no mercado, o empresário dizia que seria uma "nova Petrobras". Em 2008, pagou R\$ 1,4 bilhão para comprar 21 áreas de exploração de petróleo em leilões de concessão do governo.

Atualmente, a OGX produz em um campo, de Tubarão Martelo, na Bacia de Campos, onde extrai 8 mil barris de petróleo por dia. No primeiro trimestre de 2017, a OGX registrou prejuízo de R\$ 55 milhões. Eike mantém fatia minoritária na OGX, por meio da OGPar (Óleo e Gás Participações).

Eike é investigado por suspeita de participação em esquema de corrupção que seria comandado pelo ex-governador do Rio Sérgio Cabral (PMDB). Ele chegou a ser preso em janeiro e teve o cabelo raspado.

Ele é acusado de pagar propina ao grupo de Cabral. Ambos negam as acusações. Atualmente, o empresário cumpre prisão domiciliar em uma casa de luxo no Jardim Botânico, na zona sul do Rio.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Julio Wiziack de Brasília Nicola Pamplona do Rio

Título: Cade reprova por unanimidade compra da rede Ale pela Ipiranga

O Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) reprovou por unanimidade, nesta quarta-feira (2), a compra da distribuidora de combustíveis Ale pela Ipiranga.

O negócio, de R\$ 2,2 bilhões, consolidaria a Ipiranga na vice-liderança do setor, atrás da BR Distribuidora.

Esse é o segundo grande caso reprovado pelo Cade em dois meses, desde que veio a público a pressão de Joesley Batista, dono da JBS, para que o órgão ajudasse a resolver um problema com a Petrobras para fornecimento de gás para usinas de seu grupo. O primeiro foi a compra do grupo educacional Estácio pela Kroton, rejeitada no fim de junho.

No caso da Ale, com a recusa pelos sete conselheiros —incluindo o presidente do Cade, Alexandre Barreto—, criou-se um precedente de que nenhuma das grandes redes (BR, Ipiranga e Raízen) poderá adquirir a companhia, quarta colocada no mercado, com uma fatia de 5% das vendas de gasolina e 3,1% das vendas de diesel.

Para pessoas envolvidas no setor, é um sinal de que não serão aceitos mais projetos de expansão via aquisições, com exceção de pequenos grupos regionais. Juntas, as três distribuidoras dominam 65% das vendas de gasolina e 75% das vendas de diesel do país.

A transação, caso fosse aprovada sem restrições, elevaria a participação da Ipiranga dos atuais 21% para 25%, acima do limite legal de 20% para operações de fusões e aquisições. A líder BR possui 31% do mercado.

Até o último momento, as empresas tentaram aprovar um "plano B" discutido com o relator do caso, o conselheiro João Paulo de Resende. Mas Ipiranga e Ale não aceitaram as medidas sugeridas, como a venda de aproximadamente 65% da Ale ou 943 postos nas 12 praças mais relevantes do país.

Resende vislumbrava uma possibilidade de que o negócio pudesse ser feito desde que houvesse "remédios" amargos na distribuição de combustíveis e na revenda.

A operação, ainda segundo o relator, oferecia riscos aos postos "bandeira branca" hoje abastecidos pela Ale. No mercado de gasolina, esses postos "sem marca" já representam 32% do mercado e, no de etanol, 48%.

Esse problema já tinha sido identificado pela Superintendência-Geral do Cade, que analisou o caso antes de enviá-lo ao conselho com severas restrições. A Ultrapar, dona da Ipiranga, disse apenas que a reprovação implica que o contrato para a compra da Ale "restou automaticamente resolvido, sem nenhuma penalidade de parte a parte".

Em nota, a Ale disse que a decisão "comprova a força e a relevância de sua rede distribuidora". O acordo para a venda foi anunciado em junho de 2016, após diversas tentativas de aquisição por outras empresas, sempre rechaçadas pelos sócios.

Fundada há 20 anos, a Ale tem cerca de 2.000 postos e é controlada pelo grupo mineiro Asamar, pelo empresário Marcelo Alecrim e pelo fundo americano Darby.

A **Folha** apurou que a Ale deve voltar a analisar crescimento via aquisições.

Com a Reuters

IPIRANGA

1º tri de 2017

Receita líquida

R\$ 15,9 bilhões

Lucro operacional

R\$ 515,6 milhões

Ebitda

R\$ 705 milhões

Número de funcionários

2.953

Principais concorrentes

BR, Raízen (Shell)

VEÍCULO: Correio Braziliense**Seção:** Cidade**Autor:** Helena Mader e Ana Viriato**Título:** Aumento de impostos libera prática de cartel

A prisão dos maiores empresários do setor de combustíveis do Distrito Federal e a deflagração da Operação Dubai, em novembro de 2015, comprovaram o que os brasilienses sempre sentiram no bolso: a existência de um cartel que combinava e inflava os valores da gasolina na capital. Após uma intervenção no setor, com a aplicação de multas que somam quase R\$ 150 milhões, o preço despencou. No mês passado, no entanto, com o aumento de alíquota de impostos federais sobre combustíveis, os estabelecimentos reajustaram a gasolina, o diesel e o etanol. O que os consumidores observaram, a partir dessa ampliação tributária, foi a volta da uniformização dos preços no Distrito Federal. O Correio publica, a partir de hoje, a série “Da bomba para o bolso”. A reportagem realizou um levantamento de preços em 40 postos das asas Sul e Norte para mensurar o impacto do reajuste do PIS/Cofins no mercado de combustíveis de Brasília. O trabalho apurou a influência das altas da gasolina e do diesel nos mais importantes setores da economia, como o comércio, a agricultura, a indústria e o segmento de serviços. Os cidadãos comuns também sofrem com a repercussão da medida no orçamento familiar.

Para especialistas, consumidores, economistas, policiais e promotores consultados pelo jornal, a alteração expressiva no mercado causada pela alta tributária pode representar um perigo para a trajetória de queda de preços e para o aumento da concorrência. “Em uma canetada, o presidente Michel Temer acabou com todo o nosso trabalho para desbaratar o cartel. Os preços voltaram a ficar alinhados. Esse aumento de impostos foi oportuno para os varejistas voltarem às velhas práticas”, avalia o promotor Paulo Binicheski, de Defesa do Consumidor do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT).

“Pela uniformização imediata de preços, parece-me que alguma espécie de acordo ocorreu. Do dia para a noite, os valores voltaram a ficar quase iguais, especialmente no Plano Piloto”, acrescenta o promotor. “A concorrência não acabou, mas os preços nas bombas, certamente, ficaram mais homogêneos a partir do aumento de impostos do governo federal”, lamenta Binicheski. O economista e professor da Universidade de Brasília (UnB) Roberto Piscitelli reforça que donos de postos de gasolina utilizaram a alta do PIS/Confins para retomar os preços similares. “O cartel não morreu, apenas está controlado e acuado pela Justiça. Mas, de pouco em pouco, vemos o fenômeno das

cobranças iguais voltar às bombas. Todos jogaram os preços lá para cima e utilizam, como justificativa, a alta tributária”, observa. O especialista garante, ainda, que a atuação dos postos da capital não se caracteriza como concorrência livre.

“Se houvesse ao menos vontade de conquistar o consumidor e existisse competitividade, os preços não seriam tão parecidos”, conclui o especialista. Ele lembra que, por ter um efeito disseminado na economia, o combustível não causará altas nas despesas apenas daqueles que costumam circular de carro. “O aumento do diesel, por exemplo, causa elevação no preço do frete. E, se 60% dos nossos produtos dependem desse transporte rodoviário para chegar ao consumidor, imagine a quantidade de itens que ficarão mais caros. É um efeito em cadeia”, analisa.

Consumidor

Para o aposentado Waler Cavalcanti, 60 anos, o cartel retorna, aos poucos, ao DF. “Desde o aumento dos impostos, vemos os preços altos e, basicamente, idênticos em todas as bombas. Não temos escolha, a não ser pagar a conta”, reclama o morador do Guará. A situação agrava-se quando não se pode dispensar o carro, como é o caso de Waler, que sofreu paralisia infantil e tem a locomoção limitada. “Para mim, o veículo não é um luxo, mas uma necessidade.”

A professora Gleica Candida, 26 anos, deixa o fim da Asa Norte, de segunda a sexta-feira, para dar aula no Lago Sul. Devido ao aumento do valor do combustível, as despesas com gasolina, que beiravam R\$ 200, cresceram. “Eu abastecia em locais com promoções e comprava o litro por R\$ 2,98. Esse valor pulou para

R\$ 3,72”, queixa-se. A solução para fechar o orçamento do mês é cortar gastos com o lazer. Apenas com combustível Gleica gasta 8% do salário.

O presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Combustíveis do DF, Daniel Costa, explica que a política da Petrobras mudou no mês passado. “Antes, o reajuste para os postos era a cada 15 dias. Agora, essa revisão é diária. Todo dia, quando fazemos os pedidos, o preço das distribuidoras está diferente”, diz o representante do setor. Segundo ele, desde o fim de 2015, quando ocorreu a Operação Dubai, a crise econômica no país se agravou. “A margem de lucro oscila, desde aquela época, o país vive um quadro de desequilíbrio econômico”, comenta o empresário.

Segundo Daniel, entre 2015 e 2016, as vendas caíram cerca de 5% no DF. “Com as vendas em baixa, o empresário tem de aumentar um pouco a margem de lucro para se manter”, acrescenta. Além da crise nacional, ele cita a popularização do Uber e a chegada de carros elétricos como causas para a queda do consumo. O presidente do sindicato que representa o setor explica que, da margem de lucro entre o valor pago à distribuidora e o preço cobrado

na bomba, os donos de postos ainda precisam pagar uma série de itens. “Aluguel, royalties, funcionários, energia, água, IPTU, custo de operação, frete, manutenção dos equipamentos e do imóvel, marketing. A lista de despesas é extensa, e o investimento nessa área é muito grande”, afirma.

Arrecadação

O aumento do PIS/Cofins dos combustíveis foi anunciado pelo governo federal no último dia 20. Entre as justificativas da medida estava a necessidade de arrecadar R\$ 10,4 bilhões e, assim, cumprir a meta fiscal. O valor subiu de R\$ 0,38 para

R\$ 0,79 por litro de gasolina; de R\$ 0,24 para R\$ 0,46 por litro de diesel; e de R\$ 0,12 para R\$ 0,13 por litro de etanol. Nos dias seguintes ao anúncio, os postos começaram a repassar o aumento aos consumidores.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: André Ramalho

Título: Consumo de combustíveis diminui 1,3% no 1º semestre

Depois de registrar uma queda de 1,6% no primeiro trimestre, o consumo nacional de combustíveis voltou a cair no segundo trimestre (-0,9%). Apesar de ter subido pelo segundo mês consecutivo, em junho, as vendas no mercado brasileiro fecharam o primeiro semestre com uma retração de 1,3%.

Segundo dados da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), foram vendidos, no país, em junho, 11,386 bilhões de litros, o que representa uma alta de 1,3% frente a igual período do ano passado. Em maio, a comercialização de combustíveis já havia subido 1,5%, mas o crescimento por dois meses seguidos não foi o suficiente para compensar a queda de 5,6% de abril.

Historicamente vinculado ao comportamento do PIB, o consumo de diesel subiu, em junho, pelo segundo mês consecutivo (1,3%), para 4,678 bilhões de litros, mas fechou o segundo trimestre com uma baixa de 1,8% e o primeiro semestre com uma queda de 1,4%.

Já a comercialização de gasolina cresceu 11,6% no mês retrasado, para 3,762 bilhões de litros, e 7,9% no segundo trimestre. Esse aumento, o principal destaque positivo de 2017 no mercado de combustíveis, tem deslocado o consumo de etanol hidratado e contribuído para sustentar o aumento das vendas pelos veículos do Ciclo Otto - aqueles que rodam com motores a etanol

ou gasolina e que são tradicionalmente mais vinculados ao comportamento de consumo das famílias.

Ao todo, a comercialização no Ciclo Otto, em gasolina equivalente, fechou o primeiro semestre com uma alta de 2,1% e o segundo trimestre com um crescimento de 2,7%. No mercado, contudo, há a expectativa de que essa recuperação possa ser freada pelo aumento das alíquotas de PIS/Cofins, anunciado pelo governo no mês passado.

Além da retração de 17,6% na demanda por etanol, também houve queda, em junho, no consumo de gás liquefeito de petróleo (GLP), que caiu 1,5%; e nas vendas de óleo combustível (-20%); e no setor de querosene de aviação (-2,6%).

Os dados da ANP mostram, ainda, que, em meio à retração do mercado interno, as refinarias brasileiras estão produzindo menos e perdendo mercado para as importações de derivados.

No primeiro semestre, houve uma queda de 7,9% na carga processada pelo parque nacional de refino. Ao todo, foram processados, no Brasil, em junho, 1,710 milhão de barris diários de petróleo, o que representa uma queda de 10,5% na comparação com igual período do ano passado.

Já as importações de derivados, no país, subiram 45,1% em junho, para cerca de 702 mil barris/dia, e fecharam o primeiro semestre com uma alta de 32,7%. Os números da ANP incluem desde a compra de combustíveis, quanto outros produtos derivados do petróleo, como nafta petroquímica, solventes, lubrificantes, coque e asfalto.

No caso do diesel, as compras de do exterior subiram 67,1% na primeira metade do ano, para, em média, 197 mil barris/dia. Já as importações de gasolina avançaram 96,2%, para 95 mil barris diários.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Internacional

Autor:

Título: Alemanha defende o diesel

O governo e as montadoras da Alemanha, reunidos na chamada "cúpula do diesel", concordaram ontem com medidas para tentar salvar a tecnologia - abalada pelo escândalo da manipulação dos testes de emissão da Volkswagen, revelado há dois anos - e evitar que mais países sigam o exemplo de Noruega, França, e Reino Unido, que estudam banir carros movidos a combustíveis fósseis em até 23 anos. O acordo é uma tentativa do governo da premiê Angela Merkel

de responder à crítica de não fazer o suficiente para reduzir emissões de carros e de ser próximo demais das montadoras. Porém, isso pode não ser suficiente para restaurar a confiança do consumidor. Uma pesquisa do jornal "Die Welt" mostrou que 73% dos alemães querem que os políticos sejam mais duros com a indústria automobilística. Durante a reunião, manifestantes protestaram diante do Ministério dos Transportes, em Berlim. Na foto, máscara pede que "acabem com emissões de diesel".

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Lucas Marchesini e Marcos de Moura e Souza | De Brasília e Belo Horizonte

Título: Após veto do Cade à fusão, Ale faz novo plano de crescimento

Após sofrer um revés, por unanimidade, dos sete conselheiros do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), que reprovou a aquisição da empresa pelo grupo Ipiranga, o presidente da distribuidora Ale, Marcelo Alecrim, disse ao **Valor** que a estratégia, agora, é crescer pelas próprias pernas. Por exemplo: aumentar o número de postos, avaliar possíveis aquisições ou fusões e talvez, mais à frente, abrir o capital.

A Ipiranga, controlada pelo grupo Ultra assinou com os acionistas da concorrente, em junho de 2016, a aquisição do controle da empresa por R\$ 2,16 bilhões. A distribuidora mineira tem cerca de 4% do mercado nacional de combustíveis. A Ipiranga é a vice-líder, atrás da BR.

O empresário, que também é presidente da Ale, afirmou que não há como recorrer da decisão do Cade. O plano B, segundo ele, é fazer a ALE crescer. "Agora, é olhar as oportunidades que a gente não estava olhando porque estávamos vendidos", afirmou. "Oportunidades de embandeiramento, de aumentar nossa quantidade de postos organicamente e não descarto até fusões e aquisições de outras distribuidoras", disse.

Alecrim disse que recebeu o veto com surpresa, mas que está já com a "barriga no balcão". "Estou juntando, neste fim de semana, todos os meus executivos, com carta branca do conselho, para voltar ao que éramos antes: trabalhar para crescer até mesmo visando lá na frente um IPO [oferta de ações na bolsa] ou coisa assim", afirmou. "O que eu mais tenho recebido é ligação de bancos que estão me apoiando nisso."

O empresário detém 32% da companhia; o fundo de investimentos Darby, 18%; e o grupo Asamar, de Minas, 50%. No ano passado, a Ale registrou receita

líquida de R\$ 12,4 bilhões, 9,5% acima do resultado de 2015. Sua rede soma 2036 postos no país.

No processo de reprovação da compra, o relator do caso, o conselheiro João Paulo de Resende, disse que o remédio possível para a operação seria a venda de aproximadamente 65% da Ale. "Identificamos doze mercados de distribuição concorrencialmente problemáticos. Esses mercados correspondem a 65% da Ale e 943 postos revendedores", enumerou Resende. Ele votou pela reprovação porque as duas empresas não se interessaram pela sua proposta.

Em contrapartida, chegaram a fazer uma proposta de acordo para viabilizar o negócio, como antecipado pelo **Valor**, mas ela não foi julgada o suficientemente pelo Cade. A proposta envolvia, entre outras coisas, a venda de postos e infraestrutura de tancagem.

Em um parecer publicado na noite de terça-feira, o Departamento de Estudos Econômicos (DEE), do Cade, informou que, "considerando o remédio apresentado, a operação não aumenta significativamente os riscos de coordenação neste mercado, ainda que tais riscos possam ser existentes pré-fusão". Mas Resende pontuou que "a operação só poderia ser aprovada mediante aplicação de remédios não só na revenda mas também na distribuição já que a operação elimina na maioria dos mercados distribuidora que abastece bandeiras brancas e facilita colusão entre três grandes operadoras".

A Superintendência Geral (SG) do Cade, em parecer publicado no início de janeiro, apontou que a compra era "particularmente grave" para o setor, "eliminando a quarta marca do mercado, a única dentre as grandes com perfil de embandeiramento diferenciado e menos propício a cartelização".

E acrescentou: "A operação é preocupante. Se for aprovada, Ipiranga, Raízen e BR estarão em zona confortável para induzir ou impor a coordenação sobre centenas de mercados relevantes de revenda espalhados por todo o país, em grandes e pequenas cidades".

Ipiranga e Ale questionaram o parecer da SG. "O que se propõe é aquisição pela Ipiranga de distribuidora que tem atuação similar a outras 150 distribuidoras regionais cadastradas junto a Agência Nacional do Petróleo (ANP). A Ale não pode ser considerada a quarta distribuidora nacional porque o mercado não é nacional", disse a advogada Barbara Rosenberg, que defende a Ipiranga no caso.

Em nota, o grupo Ultra informou que o Cade reprovou a aquisição, "a despeito dos esforços da Ipiranga para esclarecer todos os questionamentos das autoridades, notadamente aqueles referentes à dinâmica do mercado de distribuição de combustíveis". A empresa destacou que a operação não mais

ocorrerá, sem qualquer penalidade de parte a parte. E que a Ipiranga seguirá o curso habitual de seus negócios.

Foi a segunda reprovação consecutiva do Cade de uma grande operação em mercados concentrados. Em sua última sessão, em julho, o órgão antitruste reprovou a fusão entre a Estácio e a Kroton.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Privatização da Cesp

O conselho diretor do programa estadual de desestatização (CDPED) de São Paulo aprovou ontem o edital de privatização da Cesp, cujo leilão será marcado para 26 de setembro. A entrega das propostas será em 18 de setembro. O leilão acontecerá na sede da B3, em São Paulo. O governo do Estado vai vender sua fatia na companhia, que representa cerca de 40% do total, sendo 103 milhões de ações ordinárias (ON) e 28,9 milhões de ações preferenciais classe B (PNB). Aos empregados, serão ofertadas 16,3 milhões de ações.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia

Título: Venda de Santo Antonio tem novo impasse

As negociações entre a Odebrecht e a chinesa SPIC Overseas sobre a venda da hidrelétrica de Santo Antonio, no rio Madeira (RO), chegou a um impasse, apurou o **Valor**. Segundo fontes próximas da situação, não há acordo sobre muitas das condições propostas pelos compradores para a operação, e a Odebrecht não está disposta a aceitar a oferta na mesa.

As conversas não foram suspensas, mas, segundo uma fonte ligada às negociações com a Odebrecht, "da forma como está proposto, não vai haver venda".

O impasse se refere à questões como os colaterais em relação aos pleitos administrativos e judiciais que envolvem a concessionária, além de discussões sobre excludente de responsabilidade e fator de disponibilidade da usina.

Havia um entendimento na Odebrecht sobre o cumprimento dessas condições quando a chinesa apresentou proposta não vinculante, mas agora que chegou o

momento da oferta firme, a situação é outra e não há disposição em aceitar o que está sendo exigido pelos compradores.

A Odebrecht tem, entre participações direta e indireta, 28,6% das ações da hidrelétrica. A Cemig, que compõe com a companhia o bloco de controle, tem 18% do ativo. Já Furnas, subsidiária da Eletrobras, tem outros 39%. Andrade Gutierrez e FI-FGTS têm o restante.

Inicialmente, os vendedores tinham pedido cerca de R\$ 10 bilhões pela usina, além da dívida envolvida. O desejo das empresas, segundo uma das fontes, era chegar a um acordo com os chineses avaliando a hidrelétrica em R\$ 9 bilhões a R\$ 8 bilhões. Os chineses chegaram em uma cifra entre R\$ 6 bilhões a R\$ 7 bilhões, mais um percentual de "earn out" - parcela vinculada ao cumprimento de algumas condições de desempenho da usina, como em processos judiciais, por exemplo.

O problema está justamente nessas condições. A proposta dos chineses envolve descontar do valor cheio da usina alguns valores que dependem dessas questões. Se Santo Antonio sair vitoriosa de algumas disputas, o dinheiro ficaria com os atuais concessionários. Não é esse o cenário desejado pelos vendedores, que aceitariam uma piora na avaliação do preço desde que pudessem sair da empresa em definitivo, sem depender dos chineses no futuro.

No começo do ano, a Cemig chegou a deixar a mesa de negociações por discordar dos valores propostos, devido ao fato de uma parcela do dinheiro ser depositada em uma conta garantia. A situação financeira da estatal mineira apertou e as pressões dos credores fizeram com que ela voltasse atrás e retomasse as conversas com a SPIC Overseas.

No lado da Odebrecht, porém, a pressa em concluir a operação é muito menor. Para a empreiteira, a venda vai ajudar a reduzir a alavancagem e melhorar sua relação com credores, mas a entrada de dinheiro em caixa não seria tão significativa. Além disso, há um compromisso da gestão da usina de não chamar aportes adicionais dos sócios nos próximos meses, enquanto for possível, o que tira a pressão de venda da Odebrecht.

Nas últimas duas semanas representantes dos sócios da hidrelétrica tiveram várias reuniões com executivos da SPIC Overseas, sem chegar a nenhum avanço.

Embora a Cemig tenha pressa na venda, dificilmente a SPIC Overseas vai fechar um acordo apenas com a estatal, por sua estratégia de ser sempre majoritária em projetos como esse. Sem a venda do bloco de controle, a Eletrobras não terá direito a tag along - obrigação do comprador de estender a oferta aos

minoritários. Um acordo apenas com Cemig e Furnas não é impossível, mas as chances de sucesso são menores, avaliam as pessoas próximas das negociações.

Procurada, a Odebrecht disse que as negociações com a SPIC continuam e não quis comentar as demais informações.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia

Título: ISA Cteep planeja se diversificar

A transmissora ISA Cteep avalia diversas oportunidades de expansão das suas atividades, por meio de aquisições e leilões, e também considera uma "diversificação das suas atividades", para áreas como baterias para armazenagem de energia e geração distribuída.

"O setor [elétrico] passa por transformações. O armazenamento de energia em baterias, que pode ser considerado um serviço auxiliar para transmissão, pode fazer sentido para nós", disse Reynaldo Passanezi, presidente da companhia, em teleconferência sobre os resultados da companhia realizada ontem.

O mesmo vale para geração distribuída, uma vez que os projetos de geração em geral ficam mais próximos do centro de carga, próximos também, portanto, das linhas de transmissão da Cteep. "Eu diria que essas são áreas possíveis de diversificação, mas obviamente isso ainda está muito longe", disse, ressaltando que é um plano de "longo prazo."

Segundo o executivo, a ideia de diversificar veio de uma orientação da colombiana ISA, controladora da companhia, que acabou de contratar um estudo sobre o tema. "A ISA está olhando para onde queremos ir, e isso é importante para ver para onde vai o setor", disse. "Eu diria que armazenamento e geração distribuída precisam estar na mesa de qualquer empresa de transmissão quando ela pensa em seu futuro no longo prazo", completou.

Além disso, a ISA Cteep seguirá buscando "oportunidades existentes", como leilões e aquisições, por estar bem posicionada, com alavancagem reduzida.

Passanezi lembrou que, de 2012 a 2015, depois da publicação da Medida Provisória (MP) 579, a empresa se voltou para ajustes internos e disciplina financeira. Desde o ano passado, quando foi publicada a portaria que definiu o pagamento das indenizações por ativos antigos de transmissão, a companhia voltou a olhar oportunidades de crescimento, e arrematou projetos de novas linhas de transmissão nos dois últimos leilões realizados pelo governo.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Rodrigo Polito, Rodrigo Rocha e Francisco Góes****Título: Justiça decide encerrar recuperação da OGX**

Nove anos após protagonizar o maior IPO (sigla em inglês para oferta pública inicial de ações) da história da bolsa brasileira e pouco menos de quatro anos depois de entrar em recuperação judicial, a OGX, petroleira criada pelo empresário Eike Batista e que foi pivô da derrocada do ex-bilionário, teve homologado ontem pela Justiça o encerramento do processo de proteção contra as dívidas.

A empresa, que despertou a atenção do setor petrolífero ao arrematar 21 blocos na 9ª Rodada de Licitações da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), em 2007, sai da recuperação judicial bem mais modesta, com apenas quatro áreas. Eike, antes controlador e acionista majoritário, sai do processo com uma participação indireta de 0,65% da companhia que criou.

Em fato relevante, a holding Óleo e Gás Participações (OGPar) e a OGX Petróleo e Gás, empresa operacional, informaram que a decisão da 4ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Rio de Janeiro também contempla os processos de recuperação da OGX Austria e da OGX International. "Com o encerramento do processo de recuperação judicial, as companhias estão aptas a iniciar uma nova fase, com foco no desenvolvimento de suas atividades", afirmam as empresas no documento.

Quando entraram com pedido de recuperação judicial, em outubro de 2013, as companhias apresentaram dívidas superiores a R\$ 13,8 bilhões - a maior recuperação judicial da história brasileira até aquela data. Hoje, o processo é o terceiro maior, atrás apenas das recuperações judiciais da empresa de telefonia Oi (cerca de R\$ 65,4 bilhões) e da empresa de sondas Sete Brasil (da ordem de R\$ 19 bilhões). Aprovado por mais de 90% dos créditos listados, o plano envolveu um aumento de capital que converteu créditos concursais e extraconcursais em ações.

Pelo acordo firmado entre as empresas e os credores, após a sua implementação, os credores terão cerca de 62,5% do capital da OGX. A OSX -3 ficará com aproximadamente 32,5%, enquanto a OGPar terá 1,29% e os acionistas atuais (exceto OGPar), 3,71%.

De acordo com o fato relevante, a OGX informou haver "recursos pendentes de julgamento contra a decisão que homologou os planos de recuperação judicial",

mas que eles não têm efeito suspensivo e "não obstam o encerramento do processo de recuperação judicial".

As ações da petroleira fecharam ontem em alta de 8,52%

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Agronegócios

Autor: Camila Souza Ramos

Título: Lincoln Junqueira tem melhores resultados

A maré desfavorável ao setor sucroalcooleiro nesta safra 2017/18, com os preços de açúcar e etanol propiciando uma remuneração estreita, não deverá ser motivo para o grupo Lincoln Junqueira desistir do foco na redução de seu endividamento, que foi central na safra passada. Dono das usinas Alta Mogiana e Alto Alegre, o grupo pretende continuar aliviando o peso das obrigações financeiras para enfrentar o mercado mais adverso.

Ao longo da última temporada, a 2016/17 a companhia reduziu o endividamento em cerca de R\$ 700 milhões e tinha uma dívida líquida no último dia do ciclo, 31 de março, de R\$ 814 milhões - caindo quase pela metade em um ano, conforme balanço publicado nesta quinta-feira. Além disso, a parcela de dívidas de curto prazo caiu, somando R\$ 603 milhões naquela data, quando a empresa tinha em caixa R\$ 1,6 bilhão.

O grupo também elevou sua receita líquida para R\$ 2,7 bilhões em 2016/17 e quase triplicou o lucro, para R\$ 664 milhões.

O câmbio contribuiu para a redução da dívida, de acordo com a direção da empresa. Com uma produção que se especializou nas últimas safras em açúcar VHP para exportação, o grupo também se financiou em dólar. Atualmente, em torno de 70% do endividamento bruto da empresa está na moeda americana, e como a divisa recuou ao longo da safra 2016/17, o peso dessa dívida também diminuiu.

O grupo espera manter seus débitos sob controle nesta safra, mas como a dívida se reduziu, estima que o desembolso com despesas financeiras também será menor. Além de contar com um câmbio ainda apreciado, a redução das taxas de juros também devem colaborar para isso.

A companhia também avalia opções de financiamento no mercado doméstico, como emissão de certificados de recebíveis do agronegócio (CRAs), para contornar as condições menos favoráveis de linhas do BNDES, que estão com taxas de juros maiores.

Segundo a direção do grupo, o controle da dívida e dos gastos em geral é visto como fundamental para que a empresa não volte a se alavancar, já que a queda do açúcar e do etanol nesta temporada deve prejudicar a geração de caixa. O grupo Lincoln Junqueira encerrou a safra passada com uma alavancagem (dívida líquida sobre Ebitda) de 0,81 vez, ante 1,34 vez na temporada anterior. A meta da empresa é manter essa relação abaixo de 2 vezes.

A alta das cotações do açúcar foi a responsável pelo aumento da receita do grupo no ciclo 2016/17. Da receita operacional líquida, R\$ 2,1 bilhão foram obtidos com as vendas da commodity, quase 80% do total.

Para esta safra, o grupo fixou o preço de venda de metade da produção esperada de açúcar a um valor médio acima do preço da última temporada, mas a fixação do restante deve trazer essa remuneração para baixo, estima a direção. A companhia também espera uma produção menor de açúcar, já que a moagem de cana deve ser prejudicada pelas geadas recentes e ainda pelos efeitos do clima adverso do ano passado.

Após bater o recorde de processamento em 2016/17 com 16,2 milhões de toneladas, o grupo estima que moerá 15,5 milhões de toneladas de cana neste ciclo. A redução da produção de açúcar deve ser proporcional e deverá ficar perto de 1,4 milhão de toneladas, depois de atingir 1,5 milhão de toneladas na safra passada, conforme a direção.

O que deve minimizar o cenário negativo é o negócio de cogeração, segundo o grupo. Os preços de energia no mercado livre (PLD) nesta semana ultrapassaram os R\$ 500 o megawatt-hora (MWh), a valores não vistos há quase três anos.

A redução de moagem de cana deve limitar os investimentos, como em maquinário e equipamentos. Após elevar os aportes em capital fixo de R\$ 396 milhões para R\$ 503 milhões, a expectativa é que nesta temporada os investimentos voltem perto dos R\$ 400 milhões.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Legislação

Autor: Beatriz Olivon

Título: Supremo volta a julgar substituição tributária no setor de energia elétrica

O Supremo Tribunal Federal (STF) retomou ontem o julgamento sobre o regime de substituição tributária adotado pelo governo paulista para o setor de energia elétrica. Por ora, o placar é favorável às comercializadoras de energia. Os dois

votos proferidos consideraram inconstitucional o Decreto nº 54.117, baixado pelo Estado, tanto pela forma como pelo mérito em si.

A questão é discutida por meio de ação direta de inconstitucionalidade (Adin) ajuizada pela Associação Brasileira dos Agentes Comercializadores de Energia Elétrica (Abracel). O julgamento foi retomado com o voto-vista da ministra Cármen Lúcia.

A presidente do Supremo acompanhou a relatora, ministra Ellen Gracie (aposentada). Depois do voto, porém, o julgamento, iniciado em agosto de 2011, foi interrompido por novo pedido de vista. Desta vez, do ministro Alexandre de Moraes.

O decreto paulista centralizou nas distribuidoras - que são poucas - a cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) devido sobre a comercialização de energia no mercado livre, em vez de cobrá-lo diretamente das comercializadoras.

Na substituição tributária, o imposto é concentrado em um integrante de uma cadeia produtiva, antecipando ou retardando a incidência, criando as modalidades "para frente" e "para trás". No caso julgado ontem, o decreto paulista criou uma "substituição tributária lateral", segundo a ministra Cármen Lúcia.

No voto, a relatora explicou que a modalidade não é cogitada em lei. De acordo com a ministra, a substituição tributária lateral atribuiu responsabilidade a pessoa que está fora da cadeia econômica sobre a qual incide o tributo.

A mudança estabelecida pelo decreto em questão facilita a fiscalização feita pelo governo estadual. Mas, de acordo com as comercializadoras, o decreto provoca um desequilíbrio no setor. Segundo elas, o texto permite que as distribuidoras saibam o preço cobrado pelas comercializadoras. Assim, poderiam até mesmo cobrir o preço das comercializadoras.

Ainda segundo o voto das ministras, o Estado não poderia ter definido por meio de decreto a forma de recolhimento de ICMS em operações de venda de energia. Seria necessária lei para mudar a forma de cobrança.

Pelo voto da ministra Ellen Gracie, a norma ofende o disposto no artigo 5º, inciso II, segundo o qual "ninguém é obrigado a fazer ou a deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei".

Além disso, acrescentou a relatora na época, o decreto viola o artigo 150, inciso I, que veda à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos municípios "exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça".

MME / ASCOM